

Acta N.º 19/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 19/2011 DE 18 DE AGOSTO

----- Aos dezoito dias do mês de Agosto do ano de dois mil e onze, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima nona reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.^a Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara e Manuel Marques Custodio, Avantino Loureiro Beleza e a Sr.^a Dr.^a Ana Cristina Ribeiro dos Santos Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Regina Almeida Ramos, Coordenadora Técnica da Divisão de Administração e Finanças, indigitada verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

-----E sendo a hora designada para início dos trabalhos, dez horas e dez horas vinte minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- INFORMAÇÕES -----

----- Foram prestadas algumas questões e informações como segue: -----

----- O Sr. Presidente informou que as festas do Concelho decorreram com normalidade, o custo daquelas foi de cerca de vinte e quatro mil euros.-----

----- Quanto ao abastecimento de água houve efectivamente dois dias de quebra. Na Freguesia da Queiriga está verificar-se um elevado consumo de água o que faz com que os reservatórios baixem. Os Bombeiros tiveram um papel importante para assegurar o abastecimento dos reservatórios.-----

----- Em termos de segurança houve um reforço dos meios, estiveram os GIPS e outros meios de força pública.-----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio, referindo-se à saúde pública, perguntou ao Sr. Presidente se o surto de brucelose está controlado e qual a sua origem. Perguntou também se haverá encerramento de alguma escola do Concelho de Vila Nova de Paiva, no próximo ano lectivo.-----

----- O Sr. Presidente informou que esse surto de brucelose se iniciou na freguesia de Touro, devido ao consumo de queijo fresco. As instalações onde havia a doença foram encerradas e os animais foram abatidos, nomeadamente o gado caprino. Neste momento e segundo informações do veterinário municipal, o surto está erradicado.-----

----- Quanto ao encerramento de escola, referiu que havia já quase a certeza de que não haveria encerramento de qualquer escola do concelho, até porque sempre defendeu, junto da DREC que, enquanto não tivermos o centro escolar não haverá em principio qualquer

encerramento. Informou ainda que os terrenos para a construção do centro escolar já estão negociados. Informou também que, na bolsa de mérito para execução do QREN a prioridade será a educação.-----

----- A Sr.^a Vereadora Ana Cristina, felicitou o Sr. Presidente pelas medidas tomadas quanto à segurança, que surtiram efeito. Quanto às festas referiu que correram bem, só que o recinto junto ao auditório é diminuto o que dá a sensação de que havia mais gente em relação anos anteriores, e quando as mesmas se realizavam no recinto da feira. Quanto ao centro escolar gostaria de ver o anterior projecto e o actual.-----

----- De seguida passou-se à análise da Ordem do Dia, oportunamente remetida à vereação nos termos legais: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da acta da reunião ordinária de 04 de Agosto do ano em curso.** -----

----- Este assunto foi retirado da ordem do dia pelo Sr. Presidente, devendo o mesmo ser agendado para próxima reunião.-----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Infraestruturação e Pavimentação dos Arruamento A, B, C, D, E, F, G, H em Vila Nova de Paiva”** – Adjudicatário: Edibest - Engenharia e Construção, S.A – Apreciação e votação do auto de medição de trabalhos de contrato, n.º 3 no valor excluído o IVA, de € 18.281,69 (dezoito mil, duzentos e oitenta e um euros e sessenta e nove cêntimos) – Informação N.º 79-P/11, de 29-07-2011, da DOM.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento.-----

----- **b) Empreitada de “ Beneficiação do Caminho Agrícola do Barreiro (Ligação Alhais/ Touro/Póvoa)** Adjudicatário: Irmãos Guimarães, Lda - Apreciação e votação do auto de medição n.º 4 , no valor excluído o IVA, de 6.217,80 (seis mil duzentos e dezassete euros e oitenta cêntimos) – Informação N.º 77-P/2011, da DOM. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento.-----

----- **c) Empreitada de “ Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva”.** Adjudicatário: Embeiral, Empreiteiros das Beiras, S.A. – Apreciação e votação do auto de medição n.º 13, no valor excluído o IVA, de € 46.254,31 (quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta e quatro euros e trinta e um cêntimos) – Informação N.º A-054/11, de 29.07.2011, da DOM. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento.-----

Acta N.º 19/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

----- **d)** Empreitada de “ **Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva.**” – Adjudicatário: FLOPONOR, Florestas e Obras Públicas do Norte, S.A. – Comunicação prévia de abertura de Estaleiro – Plano de Segurança e Saúde – Nomeação de Coordenador de Segurança em obra. Informação N.º A.-55/2011, de 29.07.2011, da DOM. -

----- Foi presente à reunião a informação em epígrafe, que aqui se dá por reproduzida e fica a fazer parte integrante da presente acta.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade concordar com a informação em epígrafe, devendo ser feita a comunicação prévia de abertura de estaleiro à ACT. Mais foi deliberado por unanimidade auscultar os municípios vizinhos, para colaborarem na cedência de um técnico coordenador de Segurança para esta obra.-----

----- **e)** Empreitada de “ **Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva.**” - Apreciação e votação do Mapa de Expropriações e respectivo Relatório de Avaliação dos terrenos e benfeitorias necessárias para a construção da obra - Laudo do perito, Eng. Belarmino Rebelo Rodrigues Alves, perito da lista oficial do Tribunal da Relação de Coimbra. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o mapa de expropriações e relatório do perito. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a)** **Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada** no período compreendido entre o dia 15 a 31 de Julho de 2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a)** **2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) e ao Orçamento para o ano financeiro de 2011.** – Apreciação e votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a 2.ª Revisão às GOP e Orçamento, devendo a mesma ser submetida a apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

----- **b)** **Processo Disciplinar n.º 1/2010 – Apreciação do relatório Final da Sr.ª Instrutora** – Decisão. -----

----- Foi presente à reunião o relatório final da Instrutora do processo disciplinar N.º 1/2010 movido contra o trabalhador da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, Sr. Sérgio Bruno Tavares Gomes, técnico superior (área biblioteca e documentação) que aqui se dá por reproduzido e fica a fazer parte integrante da presente acta, cuja cópia vai ficar arquivada na pasta anexa ao livro de actas número trinta e cinco das reuniões da Câmara Municipal.-----

----- O Sr. Presidente informou o Executivo de um requerimento recebido hoje, por e-mail remetido pelo Sr. Sérgio Tavares, tendo-o mandado fotocopiar e distribuir pelos Srs. Vereadores, no qual requer a não participação do Sr. Presidente da Câmara na votação do relatório final do processo disciplinar. Nesse requerimento o arguido não se cuide de levantar suspeitas sobre a isenção e imparcialidade do Presidente da Câmara, do Secretário da Instrutora e da própria Instrutora, conforme se transcreve: “ *Em suma, o arguido requer à Câmara Municipal, a que V/ Excelência tem a honra de presidir:*

I. Que nos termos do art.º 45 e seg. do CPA, V/ Excelência se declare impedido de discutir e de votar a decisão final do processo disciplinar n.º 1/2010.

OU, não concordando,

II. Que lance mão do expediente previsto na al. 4 do art. 45.º, deixando a decisão à reunião de Câmara Municipal, sem intervenção de V.ª Excelência.

E que, cumulativamente,

III. Nomeie instrutor substituto, jurista, com a independência necessária a assegurar tratamento imparcial, excluindo o Sr. Dr. Paulo Diamantino Ramos da indigitação em novas funções de secretário, no âmbito do corrente processo disciplinar, levando-se a reexame os autos do processo, em ordem à sumária produção do relatório final.

IV. Roga ainda este arguido o direito a audiência prévia sobre o relatório final, que julga assistir-lhe.”

----- O Sr. Presidente da Câmara, referiu que não se encontra impedido de discutir e votar .

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza usou da palavra para referir o seguinte: “ *o arguido, tal como referi na última reunião da Câmara não é o Sr. Presidente da Câmara, e não podemos andar aqui a adiar decisões que têm de ser tomadas, até porque ao Sr. Sérgio Tavares já lhe foram dadas, nos termos da lei as oportunidades de defesa. Mais, quando o Sr. Sérgio teve oportunidade de se defender, não quis, conforme consta do relatório final, não tendo comparecido uma das vezes e numa outra abandonado a sala. Conforme consta do relatório este Senhor teve uma postura incorrecta para com algumas testemunhas, tentando força-las a dizer, não a verdade, mas sim o que ele queria que fosse dito. Teve desde o início uma postura incorrecta para com o Secretário e para com a Sr.ª Instrutora. Quanto aos factos, o contraditório só veio dar razão à instrução. Com isto o que este senhor quer é arranjar um bode expiatório, o que ele quer é usar a política para resolver o seu problema, isto é tão claro que, quem ler o processo, vê exactamente que a contradição é tão grande que é ele mesmo que vem dar razão à Queixa.”*

----- O Sr. Presidente da Câmara, perante o requerido declarou novamente não estar impedido de discutir, apreciar e votar o relatório final, pois que não teve qualquer intervenção directa ou indirecta na sua instrução e usou sempre do princípio da

Acta N.º 19/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

imparcialidade e da legalidade, antes pelo contrário sempre se absteiu, no entanto deixou à consideração do órgão conforme requerido a decisão da sua intervenção . -----

----- O Vereador Manuel Custódio questionou se este requerimento poderá impedir ou não a discussão e votação deste assunto neste momento e se não haverá lugar a uma resposta.

----- O Sr. Presidente da Câmara, respondeu ao Sr. Vereador, dizendo-lhe que sabia que essa pergunta ia existir, e que não tendo sido declarado impedimento pelo Sr. Presidente, o mesmo não é impeditivo nem suspensivo da votação do relatório final.-----

----- A Sr.^a Vereadora Ana Cristina referiu que antes de votar, gostaria de ler e analisar o requerimento.-----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza, interveio dizendo que não se pode andar aqui a adiar a decisão, que já na ultima reunião foi adiada e que veio dar tempo à apresentação deste requerimento. Acredita que, se a decisão for adiada na próxima reunião e em cima da hora, irá aparecer outro requerimento ou qualquer outro documento. Mais referiu que fica estupefacto com o que lê no requerimento apresentado, e que até parece que o arguido já tinha conhecimento do relatório final, e que quase que se atrevia a dizer que o assunto não foi votado na última reunião para isso mesmo, para dar tempo.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Colocada a votação a proposta do Presidente da Câmara, sobre o seu impedimento ou não, foi deliberado por maioria com dois votos a favor dos Srs. vereadores Delfina Gomes e Avantino Beleza com abstenção dos Srs. Vereadores Manuel Custódio e Ana Cristina Santos considerar que o Sr. Presidente não está impedido de discutir e votar o Relatório Final.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara não participou na votação da sua proposta.-----

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio justificou a sua abstenção como segue: “ *Abstenho-me porque entendo que o Sr. Presidente é que tem que decidir, a minha decisão na votação não vai ser efectuada com o impedimento ou não do Sr. Presidente*”.-----

----- Face à decisão do Executivo, passou-se então à apreciação o relatório, tendo o Sr. Presidente referido o seguinte “ *Estamos em prazo, o relatório foi recebido no dia 27 de Julho de 2011, tínhamos trinta dias para decidir . E temos aqui então a sumula, e a propósito disto, hoje tive o cuidado de ler alguma jurisprudência, não pensem as pessoas que eu não estou preocupado com este processo, porque estou . Para além de tudo estamos a falar de pessoas, a falar de pessoas que colaboraram com esta autarquia, que tiveram os seus momentos bons, os seu momentos menos bons e que por isso é que está aqui constituído arguido e que até à conclusão deste processo tinha uma presunção de inocência e que lhe foram dados todos os direitos legais e constitucionais de defesa; com o direito ao contraditório, com provas suplementares e com vária documentação. E foi por convicção, que a jurisprudência assim o fala, ao contrário do que muitos e pelo que aqui foi dito na*

última reunião, aqui na anotação do estatuto disciplinar diz claramente que é uma convicção, e uma convicção séria, mas nunca com uma certeza absoluta, porque ainda não se conseguiu encontrar uma certeza absoluta. Foi com essa convicção que a Sr. Instrutora, técnica superior de uma entidade externa, faz a seguinte proposta:” -----

“ Ponderadas todas as circunstâncias, o grau da culpa e a gravidade das infracções propomos:

A) A pena única de demissão (pois o trabalhador em causa era nomeado, passando depois ao regime de contrato de trabalho em funções públicas), prevista no art.º 18.º, n.º 1 alínea g) da Lei 58/2008, de 9 de Setembro, por considerarmos ser a sanção necessária para acautelar as exigências disciplinares do Serviço adequada a esse mesmo efeito e proporcional aos interesses em causa”

----- O Sr. Presidente deixou então o relatório e a proposta da Sr. Instrutora a discussão dos Srs. Vereadores.-----

----- A Sr.^a Vereadora Ana Cristina Santos manifestou a intenção de votar contra a proposta da Sr.^a Instrutora constante do relatório final do processo disciplinar n.º1/2010 pelos seguintes motivos: “ Após uma leitura atenta e rigorosa de todo o processo citado, designadamente de todos os depoimentos que foram produzidos e do relatório final da Sr.^a Instrutora, pude constatar que existem muitas “pontas soltas” no processo, assim passo a explicar:

Na 1.^a inquirição do Adjunto do Gabinete da Presidência, Sr. José Augusto Calçada, no dia 15 de Setembro de 2010, pelas 10:45 horas e quando questionado sobre se o presumível “arguido” Dr. Sérgio Tavares, estaria a desenvolver algum projecto para a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, respondeu o mesmo “que este não estava a realizar qualquer projecto ou levantamento relativo às visitas a que o Dr. Sérgio terá aludido a propósito da necessidade de efectuar deslocações para fora do concelho”.

Mais tarde numa 2.^a inquirição, que ocorreu no dia 20 de Outubro de 2010, pelas 10:30 horas, o Sr. José Augusto Calçada referiu já se recordar de que terá pedido ao Dr. Sérgio Tavares um plano para a realização de projectos de musealização, Casa da Sinagoga, Aquisição de terrenos da Praia Fluvial e musealização dos moinhos, Roteiros Culturais e Museus.

Acresce salientar o facto de ter sido entregue pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, Dr. José Morgado, e pelo seu adjunto, Sr. José Calçada, numa deslocação in loco ao auditório um documento estratégico da ADLAP, para que o Dr. Sérgio Tavares procedesse à elaboração de projectos.

Por último dos vários testemunhos que tive o cuidado de ler, cito: anteriores Presidentes da Câmara, designadamente Eng. Diogo Pires e Sr. Manuel Custódio; Chefes de Divisão

Acta N.º 19/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

Administrativa e Financeira, Dr. Bondoso e Dr. Magalhães; anterior Vereador do Pelouro da Educação e da Cultura, Professor João Neves, (no período de 2002 a 2005); e, ainda, os funcionários do auditório, Dr.ª Graciete, Dr.ª Sofia Pires, Dr.ª Cláudia e D. Sandra Martins, nada foi referido em seu desabono.”

----- O Sr. Vereador Manuel Custódio referiu o seguinte: “Li os depoimentos de todas as testemunhas e não vi ninguém a dizer nada desabonatório em relação ao Dr. Sérgio. Inclusivamente o Eng.º Diogo Pires referiu nada saber sobre as ausências do arguido nos dias em causa, e que apenas podia referir que no tempo em que foi Presidente o arguido cuidava de toda a parte cultural e que no âmbito das suas funções profissionais aquele extravasava claramente o horário normal de trabalho e dedicava mais tempo do que o devido ao trabalho nesta Câmara, e que à data do seu mandato sempre tomou a iniciativa de liderança de projectos que apresentava ao Executivo. Referiu ainda que era uma pessoa extremamente interessada e competente. No depoimento do prof. João Neves este faz uma declaração abonatória e refere que o arguido tinha horário flexível. O Chefe de Divisão Dr. Magalhães no seu depoimento refere que não está devidamente regulamentada a falta de passagem do Cartão e que por vezes o sistema avaria. Frequentemente é referido que as regras não estavam bem definidas. No depoimento do Sr. Horácio leal é referido por este que pensava que o Sr. Sérgio tinha horário flexível, até porque o via a trabalhar até muito tarde. Nos depoimentos do Sr. Calçada há uma certa contradição, porque no primeiro refere que o arguido não tinha qualquer projecto em mãos, mais tarde refere que pediu ao Dr. Sérgio para elaborar documento sobre o Centro Interpretativo Judaico para candidatura. Nessa altura e a propósito desse documento ligou ao Dr. Sérgio que mesmo estando de baixa médica respondeu ao Calçada e às quatro da manhã sobre o documento que estava a elaborar, tendo-lhe dito que estava de baixa médica mas que o podia contactar para o que fosse necessário.

Questionada a Sr.ª Ondina Pires sobre o sistema de controlo de assiduidade, esta limitou-se a dizer o que o sistema registou ou não registou, admitindo também algumas avarias no sistema.

As trabalhadoras Sofia Pires e Graciete Salvador, questionadas sobre se num determinado dia o Sr. Sérgio tinha ido trabalhar, apenas responderam que não se recordavam.

A Sr.ª Ana Rita, refere no seu depoimento que o Sr. Presidente não estava a ter equidade na avaliação e justificação dos funcionários.

O Sr. Presidente escusou-se a prestar declarações sobre o quadro comparativo do registo de assiduidade de outros funcionários apresentado pelo arguido”

O Sr. Vereador Manuel Custódio referiu ainda: “ O Advogado de defesa refere as declarações do Presidente Diogo, João Neves, Dr. Bondoso e Dr. Magalhães e de mim

próprio que vão todas no sentido de que o funcionário, de certo modo, tinha um horário flexível.

Por último o Sr. Vereador Manuel Custódio referiu “A minha posição é dizer que o Dr. Sérgio na defesa disse verdades. É um funcionário altamente qualificado de que a Câmara precisa. Vou votar contra a decisão proposta no relatório e lamento que se tenha instaurado processo disciplinar sem ter havido previamente uma conversa com o trabalhador em causa por forma a evitar esta situação. O Sr. Presidente deveria no início do mandato tê-lo chamado e informado de que as coisas tinham mudado e que ele deixaria de ter horário flexível. A minha posição é votar contra porque todas as testemunhas são unânimes em considerar que este trabalhador até trabalha demais que o humanamente exigido”.

----- O Sr. Presidente da Câmara lamentou as declarações do Sr. Vereador Manuel Custódio, pois até foi o Sr. Custódio, enquanto presidente da Câmara que emitiu um despacho no qual determina que todos os trabalhadores deverão cumprir adequadamente os deveres de assiduidade e pontualidade, à excepção do pessoal dirigente. “O que está em causa não é nada de subjectivo, este funcionário insistia na reincidência, tendo chegado ao ponto de até andar alguém a passar o cartão por ele. A Sr.ª Ana Rita, pessoa com quem ele viveu, várias vezes passou o cartão por ele. Meus senhores vejam os registo de assiduidade do arguido desde o início do processo nos quais se pode verificar que estando ele no risco imediato de ter uma sanção insistiu em manter os mesmos comportamentos.”

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza, disse o seguinte: “Sr. Presidente, o senhor tem toda a razão no que diz, e no que fez, o trabalhador em causa, não teve moral nem ética. Este caso está a criar um mal estar, um terror nas pessoas que ao contrário deste senhor, têm cumprido e cumprem os seus deveres. Este senhor levanta suspeitas sobre vários trabalhadores da Câmara, sobre o Sr. Presidente e até de outras pessoas que nada têm a ver com a autarquia. O Sr. Presidente apenas cumpriu o seu dever face ao comportamento faltoso ao arguido. Estranho o facto dos Srs. Vereadores, Ana Cristina e Manuel Custódio virem agora aqui defender esta pessoa, quando à cerca de mais ou menos três anos, no mandato anterior quando o Sr. Vereador Custódio era presidente, numa reunião disse aqui nesta sala, em reunião de Câmara que já não sabia como lidar com este funcionário. Mais a Dr.ª Ana Cristina, enquanto Chefe do Gabinete do Sr. Presidente Custódio, teve vários problemas com este trabalhador. Não percebo como é que essas pessoas vêm agora defende-lo e mesmo dizer que aquele trabalhador é um dos melhores funcionários, um dos mais competentes e que é imprescindível. Mais dizer que ele era equiparado a chefe de divisão, e que tinha isenção de horário de trabalho, se assim era, aí é que havia discriminação em relação aos restantes trabalhadores. Sr. Presidente, face ao conteúdo do

Acta N.º 19/2011	
Livro N.º	Folha N.º
35	

requerimento, aqui hoje apresentado, o Sr. deveria participar criminalmente os factos que ali vêm relatados os quais poderão vir a constituir crime. De facto este senhor põe tudo e todos em causa. Este senhor gaba-se de ser um dos mais qualificados trabalhadores do município, acumulando vários títulos académicos, mas o que este senhor não diz é que acumula também uma enorme falta de educação, de respeito e de humildade, que uma vez tão graduado deveria ter. “

----- Após as considerações acima expostas o Sr. Presidente colocou a proposta apresentada no relatório final a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta e escrutínio secreto com três votos a favor e dois contra aprovar a proposta apresentada no relatório final, e aplicar ao arguido a pena única de demissão prevista no art.º 18.º n.º 1, alínea g) da Lei n.º 58/2008, de 09 de Setembro, com efeitos imediatos, pelo que deve ser notificado o arguido da presente decisão. Deverá notificar-se igualmente a Sr.ª Instrutora do Processo. -----

----- **Ausência da reunião:** eram onze horas e cinquenta minutos quando o Sr. Vereador Avantino Beleza comunicou ao Dr. Presidente que, por motivos de ordem familiar se teria de ausentar, não tendo o executivo levantado qualquer objecção.-----

----- **c) Clube de Orientação de Viseu** – Por of. 30/11, Proc.º 3.4, de 20 de Julho, solicitam apoio financeiro para suportar as despesas logísticas, necessárias à realização da acção de formação e prova de orientação pedestre, referente aos “Jogos desportivos de Vila Nova de Paiva-2011”. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade, autorizar a atribuição de um subsídio no montante de cento e cinquenta euros.-----

----- **d) Casa do Povo de Vila Nova de Paiva** – Por ofício N.º JA/84/11, de 26.07.2011 – Pedido de apoio para projecto desportivo 2011/2012. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Analisado o projecto desportivo apresentado, foi deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio de mil euros por trimestre para a época desportiva 2011/2012.-----

----- **e) Sport Clube Paivense, de Vila Nova de Paiva** – Por ofício n.º 01, de 14 de Julho, solicita apoio financeiro para a realização de uma garraiada, no dia 13 de Agosto de 2011, no Largo da Feira, em Vila Nova de Paiva. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de quinhentos euros.-----

----- **f) Manuel Silva Gonçalves, da Povoação da Carvalha, freguesia de Vila Cova à Coelheira** - Por requerimento registado em 09.08.2011, solicita reembolso das taxas pagas pela Licença de Construção de habitação – Proc. N.º 33/2011, ao abrigo de deliberação camarária tomada na reunião do dia 06.02.2008. -----

